



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

EDITH DANIELLE ALVES DOS SANTOS LIMA
JANAINA DA SILVA NASCIMENTO BRITO

O CURSO DE PEDAGOGIA: ASPECTOS DO PERFIL DOS ALUNOS DA ÁREA DE
APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.

JOÃO PESSOA

2016

**EDITH DANIELLE ALVES DOS SANTOS LIMA
JANAINA DA SILVA NASCIMENTO BRITO**

**O CURSO DE PEDADOGOGIA: ASPECTOS DO PERFIL DOS ALUNOS DA ÁREA
DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, como requisito final para a obtenção do título de graduado, no referido Curso, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I.

Orientador: Professor Dr. José Ramos Barbosa da Silva

JOÃO PESSOA

2016

L732c Lima, Edith Danielle Alves dos Santos.

O curso de Pedagogia: aspectos do perfil dos alunos da área de aprofundamento em Educação do Campo / Edith Danielle Alves dos Santos Lima, Janaina da Silva Nascimento Brito.– João Pessoa: UFPB, 2016.

44f.

Orientador: José Ramos Barbosa da Silva
Monografia (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – UFPB/CE

1. Educação do Campo. 2. Pedagogia. 3. Aluno – perfil. I. Brito, Janaina da Silva Nascimento. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(043.2)

EDITH DANIELLE ALVES DOS SANTOS LIMA

JANAINA DA SILVA NASCIMENTO BRITO

**O CURSO DE PEDAGOGIA: ASPECTOS DO PERFIL DOS ALUNOS DA ÁREA
DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, como requisito final para a obtenção do título de graduado, no referido Curso, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Ramos Barbosa da Silva (Orientador/a)

Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Fábio, do Nascimento Fonseca (Membro)

Universidade Federal da Paraíba

Prof. Ms. Edison Tadeu Bichara Dantas (Membro)

Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente à Deus, que mediante sua infinita bondade nos concedeu a vontade de nossos corações e nos permitiu chegar a linha de chegada desta corrida chamada sonho.

Provém d'Ele também a nossa força e a nossa fé inabalável, pois, mesmo diante de tantos problemas, lágrimas e pedras no caminho seguimos firmes em busca de nossos objetivos.

À nossa família, nossa gratidão pelo apoio e as palavras de incentivo, proferidas durante toda esta jornada de expectativas. Aos nossos filhos, podemos dizer que todo este esforço foi por eles, cada trabalho, projeto, seminário, em primeiro lugar, foi tecido pelo sonho de oferecer uma vida melhor à eles, de ser um bom exemplo pra eles. Aos nossos maridos agradecemos a paciência das noites em claro, das mudanças de humor, da correria, do estresse acadêmico, e de todo o amor como fomos tratadas neste período tão corrido de nossas vidas.

Aos nossos pais e mães, fica a nossa gratidão por ter nos dado oportunidade de nascer e desbravar um mundo, não tão acessível, nem ao menos facilitador, mas com empenho e vontade de vencer seremos um orgulho para vocês por ter chegado até aqui.

Aos nossos irmãos e irmãs e demais parentes e amigos a alegria de compartilhar com você nossos pensamentos positivos e toda a vibração positiva, nos incentivando a não desistir dos nossos sonhos.

Ao nosso Orientador, Professor Dr. José Ramos Barbosa da Silva, nossos eternos agradecimentos por toda a corrida contra o tempo, na arrumação e decoração de nossas falas, que pacientemente, com toda a sua experiência, zelo, presteza e carinho o fez de forma singular.

E por fim, aos nossos mestres, que se dispusera a transferir pra nós seus conhecimentos, métodos e práticas, dessa pedagogia do campo, que ainda por muitos é desconhecida.

A todos vocês nosso sincero e humilde Obrigado!

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a Deus, nossa família, amigos, parentes e ao nosso Orientador, por toda ajuda e incentivo que nos foi dedicado durante toda a nossa jornada.

Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e toda a ciência; ainda que eu tenha tamanha Fé, a ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada serei.

I Coríntios, 13:2

RESUMO

Ao chegarmos ao Curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, em 2011, imaginávamos que iríamos encontrar pessoas com mais de 30 anos, com filhos, camponeses, ou que tiveram dificuldades de acesso escolar. No entanto, deparamo-nos com alunos jovens, sem filhos, e que moram, em sua maioria, na cidade. Isso criou o desejo em nós de verificarmos qual o perfil dos alunos do Curso. Passamo-nos a perguntar: Quem são os alunos do Curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo? Quais razões as fizeram se matricular no Curso? Esse foi o problema que nos moveu a fazer este trabalho. Seguimos a lógica da pesquisa exploratória, conforme esclarecido por Gil (1999). Estudamos os movimentos de camponeses que marcaram a Paraíba, desde os anos de 1950; o PPP do Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo; além da análise dos dados coletados na pesquisa de campo, mediada por um questionário aplicado aos estudantes sobre seus perfis e as razões que os trouxeram ao Curso. Verificamos que o Curso em tela, em seus papéis, demonstra uma preocupação com as questões que justificam a Área de Aprofundamento em questões do Campo. Porém, contraditoriamente, os alunos que dele fazem parte não apresentam identidades com as questões do campo e nem se envolvem com movimentos camponeses. Um reflexo de um curso urbano, com um currículo pouco apropriado ao Campo. Falta uma política própria para o Curso Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo. O que caracteriza o Curso como urbanocêntrico.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Pedagogia; Perfis de Alunos.

ABSTRACT

When we reach the Pedagogy Course in Rural Education in deepening area in 2011, we thought we'd find people over 30 years with children, peasants, or who have difficulties in school access. However, we are faced with young students without children, and live mostly in the city. This created the desire in us we verify that the profile of the students of the course. I spend one to ask: Who are the students of the School of Education to Rural Education in deepening area? What reasons made them enroll in the Course? That was the problem that moved us to do this work. We follow the logic of exploratory research, as clarified by Gil (1999). We studied the movements of peasants who marked the Paraiba, since the 1950s; the Pedagogy Course with PPP Deepening Area in Rural Education; in addition to the analysis of data collected in the field research, mediated by a questionnaire to students on their profiles and the reasons that brought them to the course. We found that the course on screen in their roles, shows a concern with the issues that justify the Deepening area in the field issues. But contradictorily, students who are part of it do not have identities with the issues of the field and not get involved in peasant movements. A reflection of an urban course, with a little appropriate to the curriculum field. Lack a proper policy for Vocational Education with Deepening Area in Rural Education. What characterizes the course as urban centric.

KEYWORDS: Rural Education; Pedagogy; Profiles of Students.

LISTA DE SIGLAS

ACEP	–	Academia de Comércio Epitácio Pessoa
CNBB	–	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
CNEC	–	Escola Cenecista João Régis Amorim
CONSEPE	–	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CPDAC	–	Centro Profissionalizante Antônio Cabral
CPT	–	Comissão Pastoral da Terra
EEPUL	–	Escola Estadual Professora Úrsula Lianza
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	–	Exame Nacional do Ensino Médio
ENERA	–	Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
GO	–	Goiana
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	–	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IEP	–	Instituto de Educação da Paraíba
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ISD	–	Instituto Santos Dumond
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	–	Ministério da Educação
MSC	–	Movimentos Sociais do Campo
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PB	–	Paraíba
PEE	–	Plano Estadual de Educação
PRONERA	–	Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária
UEB	–	Universidade do Estado da Bahia
UFPB	–	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	–	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	–	Universidade Federal de Sergipe

- ULTAB** – União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil
- UnB** – Universidade de Brasília
- UNESCO** – Fundo para as Nações Unidas para a Ciência e Cultura
- UNESP** – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
- UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNIJUÍ** – Universidade Federal do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
- UNISINOS** – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 - Faixa Etária**
- GRÁFICO 2 - Cor**
- GRÁFICO 3 - Estado Civil**
- GRÁFICO 4 - Forma de Ingresso**
- GRÁFICO 5 - Optante por**
- GRÁFICO 6 - Meios de Locomoção**
- GRÁFICO 7 - Campo de atuação depois de formado**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O UNIVERSO DA ORGANIZAÇÃO POPULAR E INICIATIVAS PEDAGÓGICAS DO CAMPO.....	15
2.1	AS LIGAS CAMPONESAS.....	15
2.2	A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.....	16
2.3	O MOVIMENTO SEM TERRA.....	18
2.4	A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.....	19
2.5	PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PRONERA.....	20
2.6	INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS A FAVOR DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO.....	21
3	O CURSO DE PEDAGOGIA, COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, DA UFPB, CAMPUS I.....	23
3.1	O QUE É PEDAGOGIA?	23
3.2	A EDUCAÇÃO RURAL.....	23
3.3	O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, ÁREA DE APROFUNDAMENTO EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	26
4	CONHECENDO O PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA, COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	28
5	CONCLUSÃO.....	32
	REFERÊNCIAS.....	33
	APÊNDICES.....	35
	APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO APLICADO.....	35

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2011, passamos a tomar parte do Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo. Antes de chegarmos aqui, pensávamos que os educandos do curso eram pessoas com mais de 30 anos, com filhos, camponeses, que vivenciaram a dificuldade do acesso à formação escolar no tempo considerado certo pelas atuais leis brasileiras. Porém, ao chegarmos ao curso, deparamo-nos com alunos jovens, sem filhos, e que moram, em sua maioria, na cidade. Passamo-nos a perguntar: Por que esse curso tem por área de aprofundamento a Educação do campo? Qual o perfil dos alunos que se matricularam neste curso? A partir disso, passamos a alimentar a hipótese de que os alunos matriculados no Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, do Campus I, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pouco conhecem sobre o curso que frequentam e, concomitantemente, o curso também não conhece o perfil de seus alunos. Essa inquietude foi sendo amadurecida e, pouco a pouco, converteu-se no tema de nossa monografia de conclusão de curso.

No Brasil, a Educação destinada à população rural surge em 1930, como uma iniciativa governamental. À época, buscava-se conter o êxodo rural, mas se tinha o propósito de adequar a mentalidade dos camponeses à modernização capitalista. Uma urgência do sistema, frente ao crescimento da industrialização no Brasil e do equivalente crescimento das zonas urbanas. A educação proposta era vinculada ao modelo urbano-cêntrico e acontecia com escolas sem infraestrutura, com currículos descontextualizados às preocupações do campo, sem vinculação ao mundo do trabalho camponês. Entendia-se o campo como iniciativa ligada ao agronegócio (SILVA, 2009).

Porém hoje, a educação passou a ser mais contextualizada, depois da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, no seu Art. nº 1, assegura: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996, *Online*). E que, no seu Art. nº 28 complementa:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

(BRASIL, 1996, *Online*).

Buscando situar a educação do campo, com mais precisão, o Plano Estadual de Educação (PEE) 2015-2025 (2015) afirma que o campo é um espaço que ultrapassa o perímetro não urbano, compreendido como espaço de possibilidades de existência social, que precisa de uma educação própria, assim definida:

A educação do campo tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa, ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. Ou seja, mais do que um perímetro não urbano o campo é definido como um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (PARAÍBA, 2015, *Online*).

Sobre as escolas do campo, o PEE-PB (2015) informa que a escola do campo é aquela situada na área rural, conforme definida pelo IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo.

Observando a Resolução do CNE/CP nº 01/2006 que define as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Pedagogia e, seguindo a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Resolução Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão /UFPB nº 34 de 2004, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação da UFPB, criou-se, a partir da autorização da Resolução nº47 de 2009, em 28 de Abril de 2009, no Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, o Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo. Esta Resolução afirma, em suma:

Art.1º Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, do centro de Educação, Campus I, desta universidade.

§1º Compreende-se o Projeto Político-Pedagógico do Curso como sendo o conjunto de ações sócio-político e técnico pedagógico relativo à formação profissional que se destina.

(CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2009, *Online*).

O Curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, da UFPB, Campus I, foi criado com o objetivo de melhor atender os alunos do campo, desenvolvendo trabalhos pedagógicos na zona rural. Uma necessidade há muito tempo sentida. Essa iniciativa se soma às necessidades sociais e políticas que objetivam ampliar o acesso ao direito à educação em todos os níveis e espaços geográficos.

A zona rural, apesar dos avanços legais, sofre, nos dias atuais, a dificuldade do acesso e, quando há escolas, sofre a precariedade curricular e metodológica capaz de oferecer uma educação de qualidade com condições da continuidade na escolarização. Situação que atinge a grandes contingentes populacionais, não só na Paraíba, mas em todo o Brasil. Isso valoriza a iniciativa da preocupação com a formação de professores para a zona rural, rumo à efetivação da melhoria da Educação Básica.

Estudando as modalidades pelas quais são feitas as pesquisas sociais, convencemo-nos, a partir de um esclarecimento fornecido por Gil (2002, p.41) de que a pesquisa exploratória supre, nesta etapa de estudo, as nossas ansiedades:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...]. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Para fazermos esta análise, este trabalho está organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo veremos a organização popular do campo seguida da síntese sobre os principais movimentos sociais do campo na Paraíba; No segundo capítulo iremos contextualizar o curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo. No terceiro capítulo dissertar sobre o resultado da pesquisa de campo com os alunos do curso citado.

2 O UNIVERSO DA ORGANIZAÇÃO POPULAR E INICIATIVAS PEDAGÓGICAS DO CAMPO

2.1 AS LIGAS CAMPONESAS

Desde a segunda metade do século XX, vários movimentos de organização popular marcaram o campo na Paraíba. O primeiro deles foram as Ligas Camponesas, movimento que surgiu em 1946, em Pernambuco, antes do Governo da Ditadura Militar. Um movimento que recebeu o apoio do Partido Comunista do Brasil, ainda na vigência do regime autoritário de Getúlio Vargas. Na ocasião, o Partido existia legalmente.

Com a eleição de Eurico Gaspar Dutra, o Brasil se alinha aos Estados Unidos, tomando parte na Guerra Fria, contra a União Soviética. O Estado, em sua nova postura, colocou na ilegalidade o PCB e abafou as Ligas, que voltaram a agir em 1954, desta vez com o objetivo de auxiliar os camponeses com despesas funerárias e para formar uma cooperativa de crédito. Sobre as Ligas Camponesas a ACO (1985, p.62), afirma:

Apertados pela fome, pela exploração e pela miséria, os pequenos agricultores que trabalhavam a terra alugada – arrendatários, foreiros, meeiros, etc. – começaram a se mexer. Já em 1953 e 1954, tinha havido duas Conferências Nacionais de Agricultores e Trabalhadores Agrícolas. Criaram então a ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, sob influência comunista. Mas a primeira Liga Camponesa, depois disso, nasceu em 1955, no engenho Galileia, em Pernambuco. Os moradores – os galileus, como eram chamados – estavam ameaçados de serem expulsos das terras do engenho. Eram 140 famílias que arrendavam 500 hectares de terra. Em 1954, o aluguel (o foro) anual por hectare era de 6.000 cruzeiros. No mesmo ano, o preço de venda da terra variava entre 10.000 e 15.000 cruzeiros o hectare. Quer dizer que dois anos de aluguel eram iguais ao preço de comprar a terra. Mesmo assim os galileus lutaram para ficar como foreiros no engenho. [...] A partir de 1956, as Ligas Camponesas foram brotando não só em Pernambuco, mas em todo o Nordeste e em outros Estados e regiões.

As ligas são movimentos populares pouco lembrados pelos que lutam pela permanência da vida no campo. As repressões deflagradas contra as Ligas levaram as pessoas envolvidas com elas a fugirem, a mudarem de nome, a se calarem. Sobre isso, Targino, Moreira e Menezes (2011, p.85) contam:

A repressão política ao movimento das ligas camponesas se expressou em assassinatos, perseguições, prisões, mas também se difundiu em sentimentos de medo e imaginário de terror nas populações do campo e da cidade. Isso, a nosso ver, levou ao silenciamento da memória das ligas camponesas, seja pelos que participaram diretamente, seja por outros que vivenciaram a repercussão pública dos acontecimentos.

À época, os camponeses não tinham consciência dos seus direitos e se submetiam a todas as formas de exploração do latifúndio. Porém, pode-se pensar, tal qual Targino, Moreira e Menezes (2011, p.90) que “eles tinham consciência da sua condição de exploração, no entanto, em um contexto de repressão e extrema violência, tinham poucas alternativas de resistência aberta, de enfrentamento direto com os patrões”.

2.2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Foi criado em 22 de junho de 1975, na cidade de Goiânia (GO), no Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB.

Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve importante papel na defesa das pessoas contra a crueldade de um sistema que defende os interesses capitalistas nacionais e transnacionais, deixando à míngua os trabalhadores. Nasce ligada à Igreja Católica, porque a Igreja possuía certa influência política e cultural, não sendo, à época, molestada pela ditadura.

Inicialmente, a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral, de modo que os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista.

Já nos primeiros anos, a entidade adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, com destaque para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil -IECLB.

A Agricultura Familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização. A CPT junto com seus parceiros foi descobrindo que esta produção precisava ser saudável, que o meio ambiente tinha que ser respeitado, que a água é um bem finito. As atenções, então, se voltaram para a ecologia.

Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava; sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à ¹causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. O homem do campo é quem define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. É por isso que a CPT conseguiu, desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas desta história são os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Na Paraíba a CPT é um dos maiores movimentos popular do campo. Tem uma grande influência na ação dos agricultores que, até hoje, continuam lutando por uma reforma agrária aqui na Paraíba.

Ouvindo um técnico agrícola, um dos componentes da CPT da Paraíba, sobre a importância da escolarização das pessoas do campo, ele destaca a importância da Pedagogia da Alternância, como possibilidade pedagógica incentivada pela CPT:

A CPT incentiva os filhos dos agricultores a ingressarem no ensino superior e do ensino médio técnico através do PRONERA, com o objetivo de capacitar os jovens para que eles permaneçam no campo, no intuito de colaborarem na área política, organizacional e educacional e, assim, promover o crescimento de suas comunidades. Os jovens passam por uma seleção, de acordo com o curso que pretendem fazer, e o nível também. Ao serem aprovados, esses são destinados ao campo de estudo, onde permanecem alojados. Lá é introduzida a pedagogia da alternância. Ou seja, esses jovens passam um período de tempo de 15 dias, onde participam das aulas práticas e teóricas e, nos outros 15 dias, em suas comunidades, devem desenvolver as atividades acadêmicas e práticas, contribuindo com a comunidade (INFORMAÇÃO VERBAL) ¹.

Segundo Moreira e Targino (1997, p.306):

A postura da CPT na Paraíba tem-se pautado na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples “apoio à luta”. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação de serviço de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a divulgação dos fatos em nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra trabalhada, de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infraestrutura (alimentação, transporte, colchões, lonas) por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica e cobertura financeira quando se faz necessário.

¹ Informação extraída de uma entrevista fornecida por um membro do CPT na Paraíba

2.3 O MOVIMENTO SEM TERRA:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado em 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país. Seus objetivos: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. Desde a sua criação, o MST incluiu em sua agenda política a luta por escola, e a discussão sobre que escola deveria fazer parte da vida da família Sem Terra.

O MST entrou em seu 31º ano de existência refletindo mais profundamente sobre duas de suas grandes tarefas, definidas ao longo de sua história: ajudar a acabar com o ‘pecado mortal’ do latifúndio, desconcentrando e tornando socialmente produtivas as terras deste país imenso; ajudar a humanizar as pessoas, formando seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro. Esta segunda tarefa, talvez a que melhor o MST vem cumprindo desde que começou a ser gestado, é a que nos remete a pensar mais diretamente na dimensão educativa do Movimento.

A escolarização é parte dos propósitos do MST, com três dimensões principais:

1. O resgate da dignidade a milhares de famílias que voltam a ter raiz e projeto;
2. A construção de uma identidade coletiva, que vai além de cada pessoa, família, assentamento. A identidade de Sem Terra, assim com letras maiúsculas e sem hífen, como um nome próprio que identifica não mais sujeitos de uma condição de falta: não ter terra (sem-terra), mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos;
3. A construção de um projeto educativo das diferentes gerações da família Sem Terra, que combina escolarização com preocupações mais amplas da formação humana e da capacitação de seus militantes.

O MST tem uma pedagogia, uma práxis: prática e teoria combinadas. Ele pensa o como se educam as pessoas, o como se faz a formação humana. A Pedagogia do Movimento Sem Terra é o jeito através do qual o Movimento vem, historicamente, formando o sujeito social de nome Sem Terra, e educando no dia a dia as pessoas que dele fazem parte. Movimento que junta a pedagogia da luta social com a pedagogia da terra, sem abandonar a pedagogia da história. Cada uma ajudando a produzir traços de identidades, mas mantendo a mística do projeto de sociedade do Movimento. A Pedagogia do Movimento se produz no diálogo com outros educadores, outros educandos e outros movimentos pedagógicos. É

exatamente na interlocução com pessoas e obras preocupadas com a formação humana, que se faz o MST, como sujeito pedagógico.

2.4 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A vida no campo também ensina. Esse é o preceito básico da Pedagogia de Alternância. Proposta usada em áreas rurais para mesclar períodos em regime de internato na escola com outros em casa. Por 30 anos, a receita foi aplicada no Brasil por associações comunitárias sem o reconhecimento oficial. Mas, agora, o Ministério da Educação (MEC) não apenas aceitou a Alternância como também quer vê-la ainda mais disseminada.

No Brasil, a iniciativa chegou com uma missão jesuíta, no Espírito Santo, em 1969. Logo se espalhou por 20 estados, em áreas onde o transporte escolar é difícil e a maioria dos pais trabalha no campo. A intenção era evitar que os filhos gastassem a maior parte do dia no caminho de ida e volta para a escola ou que tivessem de ser enviados de vez para morar em centros urbanos. Pela lógica da alternância, os alunos têm as disciplinas regulares do currículo do Ensino Fundamental e do Médio, além de outras voltadas à agropecuária. Quando retornam para casa, devem desenvolver projetos e aplicar as técnicas que aprenderam em hortas, pomares e criações.

Até 1998, os estudantes que se formavam por instituições que praticassem a Pedagogia de Alternância, ainda precisavam prestar um exame supletivo para conseguir o diploma. Mas, a partir de 1999, essa pedagogia foi legitimada pelo MEC. Hoje, são 258 escolas, com pelo menos 20 mil estudantes em todo país (REVISTA ESCOLA,2016).

Na Pedagogia da Alternância a prática e a teoria se juntam. A alternância ajuda a aprofundar constantemente fatos, acontecimentos que ocorrem no dia-a-dia da família, da comunidade, do país e do mundo em geral. A Alternância ajuda a valorizar o trabalho prático manual do agricultor, como forma de reconhecer na cultura camponesa um expoente de valor universal, indispensável ao desenvolvimento equilibrado de todas as sociedades, no passado e no presente.

O jovem que frequenta a Casa Familiar Rural mantém o vínculo com o seu meio sócio familiar, valorizando tudo aquilo que cada pessoa de sua comunidade faz e sabe. Isto acontece por meio da Alternância, onde o estudante passa um tempo na sede da escola e outro em casa e na comunidade, estudando e refletindo a sua realidade. Os saberes escolares ajudam para a projeção de uma nova realidade para o meio rural, mas sem se perder os valores importantes da tradição e, a escola, também pode mudar seus valores, a partir de saberes do

campo. O jovem exercita a vivência de todas as atividades no período que passa em casa, testando teorias no seu meio natural. Esse ir e voltar envolve diretamente a família, o monitor num processo de parceria nos trabalhos da Casa Familiar Rural, proporciona ao estudante um acompanhamento mais intenso para o seu desenvolvimento intelectual.

O apoio oficial à Alternância ainda gera polêmica. Há a preocupação de que o método perpetue crianças e adolescentes no campo, caso em que a Educação não cumpriria seu papel de ampliar possibilidades. Segundo o diretor de Educação para a Diversidade do MEC, Armênio Bello Schmidt, os resultados mostram o contrário cerca de 70% dos alunos de Alternância ingressam no Ensino Superior. Nas escolas públicas, esse índice é inferior a 60%.

Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UEB), Neurilene Martins Ribeiro afirma que o tema precisa de mais debate antes de se tornar uma política pública. Ela estudou a rotina de escolas rurais da chapada Diamantina e tem dúvidas sobre a aplicação da Alternância, pois se por um lado, nossas políticas são muito urbano-centristas e precisamos valorizar o meio rural. Por outro, esse método pode acentuar a separação entre cidade e campo (Revista Nova Escola,2016).

2.5 PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PRONERA

Em julho de 1997 foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representado pelo seu Setor de Educação, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (UNESCO) e da CNBB. Os participantes concluíram ser necessária uma articulação entre os trabalhos em desenvolvimento, bem como sua multiplicação, dada a grande demanda dos movimentos sociais por educação no meio rural e a situação deficitária da oferta educacional no campo, agravada pela ausência de uma política pública específica no Plano Nacional de Educação.

Em 02 de Outubro do mesmo ano, representantes de Universidades - Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - reuniram-se na UNB para discutir a participação das instituições de ensino superior no processo educacional nos assentamentos. Examinadas as possíveis linhas

de ação, decidiu-se dar prioridade à questão do analfabetismo de jovens e adultos. As razões para essa opção foram:

- a) O alto índice de analfabetismo e os baixos níveis de escolarização entre os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- b) A preferência do Ministério da Educação pela política de reforço do ensino regular, tendência verificada entre os dirigentes municipais de considerar os assentamentos áreas federais e, portanto, fora do âmbito de sua atuação.

Ao fim do encontro, foi eleito um grupo para coordenar a produção do processo de construção de um projeto educacional das instituições de ensino superior nos assentamentos. Foi elaborado um documento apresentado no III Fórum do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, nos dias 6 e 7 de novembro de 1997. Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculando ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. No ano de 2001, o Programa foi incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O PRONERA propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. A atuação se dá através de parcerias do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais; com instituições públicas de ensino; instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos; e governos estaduais e municipais. O público alvo é os jovens e adultos dos projetos de assentamentos, reconhecidos pelo INCRA.

Em 2004, frente à necessidade de adequar o PRONERA às diretrizes políticas do Governo, que priorizava a educação em todos os níveis como um direito social, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), da alfabetização ao ensino médio, teve seu lugar assegurado. Para atender à demanda da EJA nos acampamentos, os projetos incluem a formação e a capacitação dos educadores. Dela podem participar todos os trabalhadores rurais acampados e cadastrados pelo INCRA.

2.6 INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS A FAVOR DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO

O Plano Estadual de Educação do Estado da Paraíba (PEE-PB) assegura que iniciativas de educação destinadas à população rural começaram a se fazer presente no Brasil a partir dos anos de 1930. Desde então, vários projetos e programas buscaram modernizar o campo, ora na direção conservadora capitalista, posta em curso pelo processo de industrialização e urbanização, ora atendendo aos movimentos sociais que expressam a realidade de desigualdades sociais, culturais e econômicas existentes no campo. Neste caminho se experimentou modelos educacionais urbanocêntrico, de currículo descontextualizado da cultura e do trabalho no campo, sem uma formação de professores adequada.

Em contraposição a esse desencontro pedagógico e praxicológico, o estado da Paraíba investiu, em 2015, na redação do PEE-PB, denunciando e anunciando possibilidades de novas ações em favor da educação do campo. Fazem coro a esta iniciativa ações provenientes das práticas educativas populares e dos movimentos sociais do campo, que se empenharam em colocar na agenda política do País, a partir da década de 1990, a luta por uma educação articulada com a pauta política agrícola e agrária do país, que respeite o direito dos trabalhadores e suas causas sociais.

Na esteira das iniciativas da educação do campo, vêm sendo desenvolvidas como resultado da luta dos Movimentos Sociais do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), iniciado em 1999, com o curso de Magistério - Normal de nível médio, campus de Bananeiras/MST. E, em seguida, cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos, atendendo ao 1º segmento do Ensino Fundamental. Também vale o registro dos Cursos Técnicos de Agropecuária com Habilitação em Agroindústria Agricultura, Zootecnia, Curso de Magistério em Educação do Campo. E ainda, cursos de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo; Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido e Agroecologia e Residência Agrária.

Há também o Centro de Desenvolvimento do Semiárido, no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, com sede no município de Sumé, que oferece curso de Licenciatura em Educação do Campo, destinado à formação para a docência multidisciplinar nas seguintes áreas de conhecimentos: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Sociais e Ciências Exatas e da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio das Escolas do Campo.

A Paraíba conta também com um Comitê Estadual de Educação do Campo, um órgão colegiado de caráter consultivo para assessorar a Secretária de Educação do Estado da Paraíba e as secretarias municipais de educação, no que concerne à educação do campo. O Estado da Paraíba possui 2.670 escolas públicas na zona rural, sendo que 118 são estaduais e 2552 são municipais.

3 O CURSO DE PEDAGOGIA, COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, DA UFPB, CAMPUS I

3.1 O QUE É PEDAGOGIA?

Freire (2001), que não se dedica a definir a Pedagogia, acrescenta que a ela se faz necessária a prática educativo-crítica, fundamentada numa ética pedagógica e numa visão de mundo alicerçadas em rigorosidade, pesquisa, criticidade, risco, humildade, bom senso, tolerância, alegria, curiosidade, esperança, competência, generosidade, disponibilidade... molhadas pela esperança. Autonomia que é a própria natureza educativa. Sem ela não há ensino, nem aprendizagem.

3.2A EDUCAÇÃO RURAL

Com esta noção sobre a Pedagogia, dedicamo-nos a conhecer a proposta curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia, área de aprofundamento Educação do Campo, do Campus I, da UFPB. É no campo que se concentra o maior número de índices educativos negativos, a estrutura escolar nessas áreas é muito tímida e ficou ainda mais precária com a alternativa neoliberal amplamente utilizada (principalmente na década de 1990) de nuclearização das escolas rurais, cujos alunos, de diversas localidades eram transportados para escolas localizadas nas sedes dos municípios. Essa ação encolheu ainda mais a rede escolar rural. A síntese estatística oferecida pelo próprio Estado evidencia esse fato (INEP, 2007).

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, desenvolvida pela União, em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

Atualmente, a temática Educação do Campo vem sendo problematizada nas universidades por força dos movimentos sociais. Existem cursos de Pedagogia do Campo e cursos de Especialização em Educação do Campo, cuja temática está em desenvolvimento nas universidades brasileiras. Isso representa, de certo modo, uma forma de inserção da Educação do Campo na Academia, ao lado das questões que são tratadas nos grupos de pesquisa e nos projetos de extensão.

O campo é mais que uma concentração espacial geográfica, é o cenário de uma série de lutas e movimentos sociais, é ponto de partida para uma série de reflexões sociais, é um

espaço culturalmente próprio, detentor de tradições, místicas e costumes singulares e é ainda um espaço com dimensões temporais independentes do calendário convencional civil. Enfim, o homem e a mulher do campo são sujeitos historicamente construídos a partir de determinadas sínteses sociais, que são específicas, de dimensões diferentes das urbanas.

Os princípios da educação do campo, definidos na Constituição Federal Brasileira, Decreto-Lei nº7352 de 04 de novembro de 2010 são:

Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar (BRASIL, 2010, *Online*).

Ao valorizar a identidade cultural do homem/mulher do campo, ao estabelecer que a educação condizente com as necessidades desse povo vai além da apreensão de novas técnicas agropecuárias, ao buscar condições reais para que os povos do campo tenham acesso à educação (vista como desenvolvimento das potencialidades humanas) está se proclamando um projeto social pautado em valores que privilegiam o ser em detrimento do ter, que estabelecem prioridades ao ser humano e não ao capital. Está se propondo uma sociedade que procure na solidariedade e não na competição alicerce para as relações sociais.

A Educação do Campo deve contemplar um ensino voltado à realidade de seus alunos, em que o conteúdo curricular e as metodologias de ensino do professor devem ser adequados às necessidades e interesses dos alunos de zona rural, os quais precisam de um ensino que valorize, dentre outros aspectos, a cultura da criança que vive no campo e seu modo de vida.

A matrícula na educação básica nas escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombo, em terras indígenas e em assentamentos da reforma agrária apresentou ligeira queda entre os anos de 2011 e 2012. A expansão da educação infantil foi tímida e a matrícula no ensino fundamental representa mais de 70% da matrícula na educação básica nessas áreas diferenciadas. O ensino médio teve forte expansão nas áreas remanescentes de quilombo e nos assentamentos, ao mesmo tempo em que se observa forte presença de EJA nessas comunidades.

Segundo Leite (1999), a Educação Rural é caracterizada como as políticas vindas do Estado através da história da educação brasileira. O Estado, como instância política, e o capitalismo, como instância econômica, visavam o lucro da produção, proporcionando um ensino voltado a uma formação mais técnica, em que o trabalhador aprenderia o suficiente para desempenhar funções com o objetivo de fortalecer a ambos: os alunos usufruindo do processo escolar para atender seus objetivos, e o Estado pensando a educação que o trabalhador rural deveria ter.

Um professor que trabalha no meio rural deve conhecer o local em que o aluno vive para poder nele despertar a vontade de conhecer a região em que se encontra inserido e os aspectos culturais da população característica de seu meio. Ainda, para que o aluno possa saber viver nesse espaço e, quando se tornar adulto, ser um trabalhador digno do campo, que conheça e saiba utilizar as riquezas de sua terra, o que não seria possível àquela criança que recebeu uma educação apenas pautada no currículo urbano. Além disso, a escola é o local no qual o aluno entrará em contato com realidades de outros lugares e terá acesso aos conhecimentos construídos socialmente na trajetória humana.

Os pedagogos necessitam conhecer essa outra realidade existente e saber como trabalhar com as crianças e adultos do campo, tendo em vista a possibilidade de trabalho em escolas municipais e estaduais localizadas no campo e a demanda por políticas públicas pelos movimentos sociais – particularmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –, os quais foram os protagonistas da emergência da Educação do Campo no final dos anos 90.

Se existisse receita para construir uma boa escola do campo, certamente ela não seria igual à da zona urbana. O objetivo deve ser o mesmo: garantir que os alunos aprendam. Mas os ingredientes e o modo de fazer são diferentes para que ela se adeque às peculiaridades da vida rural, como garante o artigo 28 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Com o intuito de aproximar a prática pedagógica da cultura regional, diferentes iniciativas governamentais e do terceiro setor estão trabalhando para transformar a educação no campo.

Afinal, devemos seguir a Constituição Federal, que define que a educação é dever do Estado e deve ser oferecida a todos os seus cidadãos, desde a creche até ao ensino superior, e tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, bem como seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. A mesma Constituição Federal afirma ainda em seu capítulo II, Art.nº 06, que trata dos direitos sociais, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (Brasil, 2000).

3.3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, ÁREA DE APROFUNDAMENTO EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, área de aprofundamento Educação do Campo traz como justificativa a necessidade da formação de educadores para atuarem nos anos iniciais das escolas de áreas rurais e de Assentamentos da reforma agrária. E informa que esta proposta surge das demandas dos movimentos sociais do campo para atender as necessidades de educadores com formação de nível superior nas escolas do campo e das áreas de reforma agrária.

Informa ainda que a necessidade de políticas efetivas que ampliem o acesso ao direito à educação em todos os níveis e espaços geográficos é premente, justificadas pela história de exclusão social e educacional que atinge grandes contingentes populacionais, especialmente na zona rural.

Ressalta que a formação de educadores em nível superior é uma exigência para contribuir para a efetivação e melhoria da Educação Básica. Lembra que a educação como um direito tem sido uma das principais reivindicações dos movimentos sociais no Brasil, desde o século XX, e que as conquistas dos movimentos vêm se refletindo e consolidando nas políticas educacionais e garantidas nas leis.

Também é atenta aos seguintes componentes:

- I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;
- II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (RESOLUÇÃO 47/2009, UFPB).

E apresenta, como Objetivo Geral:

Proporcionar a formação de professores de nível superior através do Curso de Licenciatura em Pedagogia, para atuar em projetos educativos nas áreas rurais em geral e de assentamentos dos movimentos sociais do campo (Resolução 47/2009, UFPB).

E, como objetivos específicos:

- . Formar professores que estejam em condições de suprir demandas socioculturais, relacionadas ao seu campo de conhecimento e atuação, seja no campo da educação formal seja no campo dos movimentos sociais;
- . Propiciar aos futuros professores, uma formação abrangente, nas dimensões: cultural, política, epistemológica, ética e estética, que os torne aptos a desenvolverem estratégias educativas democratizadoras de acesso ao conhecimento, numa perspectiva sócia histórica;
- . Qualificar a atuação profissional dos educadores do campo, elevando, assim, o nível de conhecimento dos filhos dos camponeses, bem como dos membros das comunidades e assentamentos rurais;
- . Formar professores/pesquisadores em Pedagogia para atuar de 1º aos 4º anos da Educação Fundamental, tendo como perspectiva um referencial teórico-metodológico interdisciplinar e investigativo, desenvolvendo saberes pedagógicos a partir das questões vividas na prática cotidiana das escolas e dos educandos;
- . Ofertar o curso de Licenciatura em Pedagogia, para educadores das áreas rurais e dos Assentamentos da reforma agrária para atender às necessidades de melhoria da educação;
- . Promover a educação do aluno do campo, enfatizando a relação com a cultura, valores, com a formação para o trabalho e participação social;
- . Proporcionar uma prática educativa a partir do diálogo com as grandes questões de educação e de desenvolvimento social, a fim de desenvolver uma formação crítica.
- . Desenvolver projeto educativo em articulação com estratégias específicas de desenvolvimento humano e social do campo e de seus sujeitos;
- . Desenvolver formação que propicie o exercício de atividades de assessoramento e gestão pedagógica em projetos educativos nas áreas de assentamentos dos movimentos sociais do campo;
- . Promover a integração Universidade Federal da Paraíba com os movimentos sociais do campo, na prática de Educação e Movimentos Sociais, a partir do envolvimento de professores e alunos (RESOLUÇÃO 47/2009, UFPB)

De certa forma, a proposta do Curso de Licenciatura em Pedagogia, área de aprofundamento Educação do Campo atende às reivindicações dos movimentos sociais do campo e a do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Visa, em sua redação, fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas. No entanto, resta saber como o Curso vem funcionando e conduzido. A nossa pesquisa, dedicada a identificar o perfil das pessoas que procuram o curso, visa a complementar os saberes sobre o curso: Quem é o aluno do curso? Onde vive? Trabalha com o que? Por que optou pelo curso? Este é o assunto do próximo capítulo.

4 - CONHECENDO O PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA, COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.

No intuito de conhecer o perfil dos alunos matriculados no Curso de Licenciatura em Pedagogia, com área de Aprofundamento em Educação do Campo, entrevistamos alunos do primeiro ao décimo período. Do total de questionários distribuídos, conseguimos obter 47 questionários devidamente respondidos. Correspondendo este número a 13,5% dos alunos matriculados no curso.

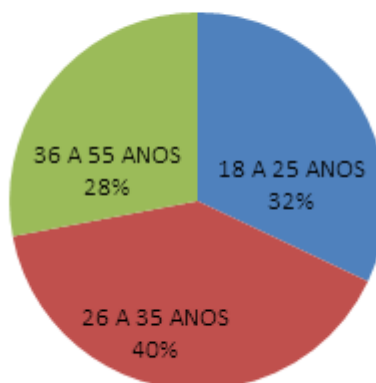
Houve salas em que foram distribuídos 23 questionários e apenas 12 deles foram preenchidos e devolvidos. Surpreendentemente, alguns alunos afirmaram que a devolução era a do total dos questionários entregues à turma.

Houve resistência dos alunos. Pareciam desmotivados em colaborar com o sucesso da pesquisa. Alguns professores colaboraram, mas alguns deles sequer permitiram a entrega dos questionários em seu horário de aula.

O fato de haver essa resistência não nos impediu de prosseguir com o propósito de conhecer os alunos do curso, com maiores detalhes. Tal episódio foi estrelado até mesmo por nossos colegas de sala que, causando-nos espanto, vivenciaram conosco, aproximadamente por cinco anos, essa rotina acadêmica obrigatória para quem quer concluir um curso de graduação.

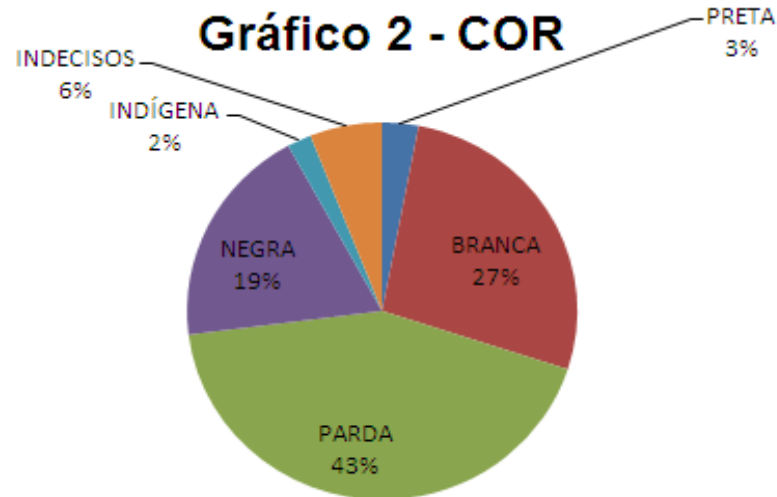
O Gráfico 1 apresenta a faixa etária dos alunos entrevistados variando entre 18 a 55 anos de idade, sendo que 40% deles têm entre 26 e 35 anos. Em sua grande maioria, são mulheres, correspondendo a 72% dos entrevistados.

Gráfico 1 - Faixa Etária



Fonte: Dados Coletados em 18 de abril a 18 de maio de 2016

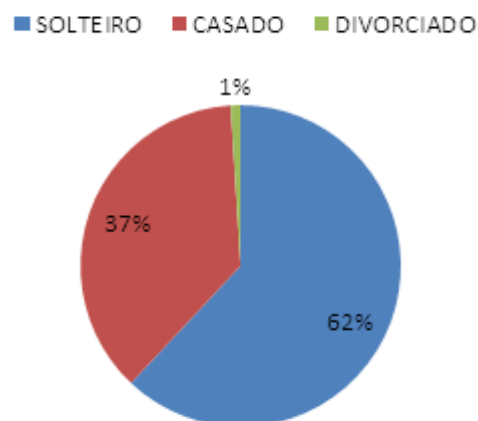
O Gráfico 2, representa como é a divisão em termos de cor, os entrevistados, em sua maioria, definem-se de cor parda, correspondendo a 43% das respostas obtidas.



Fonte: Dados coletados em 18 de abril a 18 de maio de 2016.

O Gráfico 3 apresenta em números o estado civil dos alunos entrevistados, 62% são solteiros e 56% sem filhos. Uma surpresa para nós. De um modo geral, os alunos do curso provêm de zonas urbanas e, na sua maioria, residem na cidade de João Pessoa.

Gráfico 3 - Estado Civil



Fonte: Dados coletados em 18 de abril a 18 de maio de 2016.

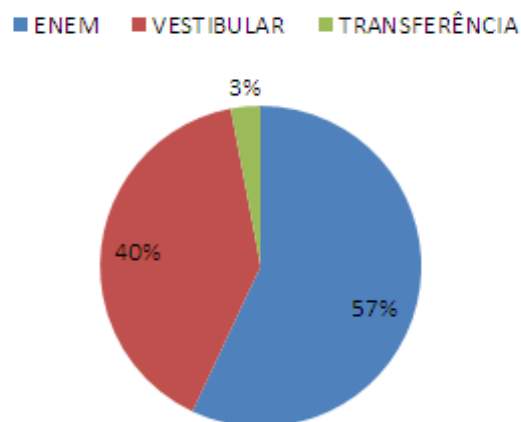
Dentre as cidades citadas, estão: João Pessoa, com 29 alunos, divididos em 16 bairros da capital; Sapé, com cinco alunos, todos residentes do centro da cidade. Há cinco alunos distribuídos pelas cidades de Bayeux, Santa Rita, Pilar e Itambé, todos residentes no centro de suas respectivas cidades. Timbaúba e Cabedelo com um aluno cada, residentes no centro da Cida, Sobrado, com dois alunos residentes no campo e proprietários de terra e, por fim, Baía da Traição, com um aluno que vive na Aldeia. Quando perguntados sobre o tipo de moradia, 68% disseram morar em casa própria.

Em relação à vida escolar dos entrevistados, a grande maioria veio de escolas públicas. Algumas foram citadas: Liceu Paraibano, CPDAC, EEPUL, EEPAC, IEP, Frei Orlando, etc., correspondendo a 68% do total. Temos alunos vindos de escolas privadas e de renome da Capital paraibana: Geo Sul, Dom Bosco, ISD, ACEP, CNEC, etc., totalizando 17% dos entrevistados. Havendo os que estudaram tanto na instituição privada quanto na pública, 15% dos entrevistados.

Foi perguntado aos entrevistados, com que idade eles foram introduzidos na vida escolar, e essas variaram entre dois e sete anos. Porém, por diversos motivos, 34% dos entrevistados tiveram que abandonar os estudos por algum tempo, ficando fora da escola, entre dois e dez anos.

O Gráfico 4, apresenta a forma de ingresso na UFPB, sendo elas pelas seguintes maneiras: Vestibular (hoje extinto na UFPB), englobando 57%; ENEM (em vigor), 40%; por transferência, 3%.

Gráfico 4-Forma de Ingresso



Fonte: Dados coletados em 18 de abril a 18 de maio de 2016.

A idade média de ingresso no Curso de Licenciatura em Pedagogia, com área de Aprofundamento em Educação do Campo, é entre 18 e 25 anos de idade. Isso corresponde a 55% dos entrevistados. Os outros, 32% dos alunos, são de faixa etária entre 26 e 35 anos.

O Gráfico 5 apresenta a forma de ingresso desses alunos na Universidade, 30 dos entrevistados disseram ter entrado com ampla concorrência. Esse total corresponde a 64% dos entrevistados. Sete deles entraram através das cotas, correspondendo a 15% do total. E, dez alunos, não opinaram, correspondendo a 21% do total. Vale o registro de que 16, dos 47 entrevistados, entraram na primeira tentativa, e os demais, variaram entre duas e doze tentativas.

Gráfico 5 - Optante por:



Fonte: Dados coletados em 18 de abril a 18 de maio de 2016.

Dos 47 discentes analisados na entrevista, oito deles, que corresponde a um percentual de 17%, já fizeram um curso superior; e 39 deles, que correspondem a 83% dos entrevistados, disseram estar em seu primeiro curso universitário.

Quando perguntados sobre projetos de extensão na UFPB, 83% deles disseram não ter participado de nenhum e, 53% do total dos alunos entrevistados, contaram que não pretendem fazer pós-graduação.

O Gráfico 6 apresenta o meio de locomoção dos estudantes até a UFPB. Alguns vêm a pé, outros por veículo próprio (carro ou moto), o transporte escolar, cedido pela prefeitura, transporta 22% dos alunos, o transporte coletivo é responsável por 40% da locomoção dos estudantes.

Gráfico 6 - Meios de locomoção



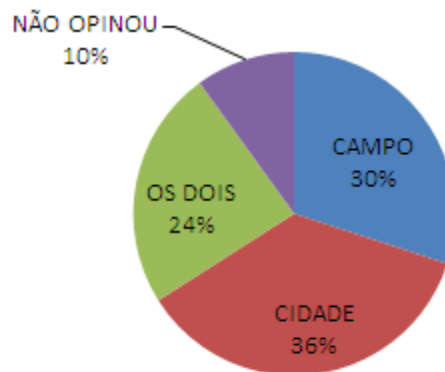
Fonte: Dados coletados em 18 de abril a 18 de maio de 2016.

No preenchimento dos questionários, apenas três, do total de todos os alunos entrevistados, significando 6%, participou de algum movimento social, destacando-se: Os Sem Terrinha. Destes, alguns fizeram visitas a instituições e movimentos estudantis de 2003 até 2006.

Dos 47 questionários respondidos, 25% disseram que apenas estudam. A grande maioria concilia estudos e trabalho, alcançando 75% do total, divididos em várias profissões: motorista, eletricista, maquiadora, vendedor, copeira, comerciante, entre outras funções. 15% desse total disseram que o curso não tem ligação ou influência em suas atuais profissões.

Depois de concluído o curso, mesmo com a intenção de preparar professores para o campo, os alunos contaram que, em sua maioria (36%) não haver intenção de trabalhar no campo. A intenção é atuar na cidade. O restante dos entrevistados (30%) pretende atuar no campo, 24% no campo e na cidade e 10%, não opinaram.

Gráfico 7- Campo de atuação depois de formado



Fonte: Dados coletados em 18 de abril a 18 de maio de 2016.

Os motivos que levaram os alunos a escolher o Curso de Pedagogia com área em Aprofundamento e Educação do Campo, da UFPB, em sua maioria, somando 30% do total, disseram que escolheram este curso pela fácil concorrência. Os demais relataram diversos motivos, tais como: a identificação com a questão agrária, porque gostariam de morar e atuar no campo, por curiosidade, por indicação, pela ampliação dos conhecimentos, entre outras razões. Depois de concluído o curso, os entrevistados pretendem prestar concurso público.

Por fim, questionamos as expectativas em relação ao curso, e as respostas foram as mais diversas. Os alunos questionaram a falta de aprofundamento nos conteúdos do campo, a falta de aulas práticas, a falta de noções reais de atuação no campo, a omissão de outras culturas do campo, dentre elas, quilombolas, ribeirinhos e índios, reclamaram mais disciplinas específicas voltadas para o campo, a omissão da coordenação em várias questões relevantes aos alunos e, principalmente, o zelo pelo currículo do curso.

Enfim, ao verificar os documentos que asseguram a execução do Curso em nossa universidade e o relato dos alunos, podemos dizer que o curso de Pedagogia com área de Aprofundamento em Educação do Campo, na UFPB, Campus I, em seus papéis, demonstra uma preocupação com as questões que justificam a área de Aprofundamento em questões do Campo. Porém, fora disso, há pouca preocupação exclusiva com o campo. Os professores, pouco sabe dos movimentos sociais que hoje ocorrem no campo. Estudamos quase nada das demandas que obrigam a necessidade de empenhos para professores destinados ao campo. Isso se reflete na atitude dos alunos que optarão a trabalhar nas cidades.

Os dados coletados na pesquisa de campo revelam que não há diferença entre os perfis dos alunos do curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, na UFPB, Campus I, com o perfil de alunos de quaisquer outros cursos. A preocupação com o perfil de alunos que se matriculam no curso não há, o mesmo se pode deduzir em relação aos professores. Falta uma política própria para o Curso Pedagogia com área de Aprofundamento em Educação do Campo. Ele é, ainda, por tudo o que o caracteriza, um curso urbanocêntrico.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos conhecer “O CURSO DE PEDAGOGIA: ASPECTOS DO PERFIL DOS ALUNOS DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, na UFPB”. Constatamos que a educação do campo tem um significado próprio que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura e acolhe em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. Para atender a esse público e suas necessidades de saberes específicos, criou-se, em abril de 2009, o Curso de Pedagogia com área de Aprofundamento em Educação do Campo, sob o amparo legal da Resolução nº47 de 2009, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, Campus I. Em parágrafo único, se destaca “compreende-se o Projeto Político-Pedagógico do Curso como sendo o conjunto de ações sócio-político e técnico pedagógico relativo à formação profissional que se destina”(CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2009, *Online*). O curso, em voga, pretende capacitar professores que desenvolvem trabalhos pedagógicos na zona rural.

No entanto, ao buscarmos saber quem são os alunos matriculados e quais são seus perfis, deparamo-nos com um desencontro entre os propósitos anunciados pelo curso e os desejos dos alunos que, em sua maioria, são urbanos, solteiros e sem filhos. De um total de 47 entrevistados, apenas um provém da zona rural. Desses, somente três participaram de movimentos sociais, um deles em um movimento social rural. 36% afirmaram não pretender atuar no campo, 30% tem o campo como possibilidade de trabalho e 24 % podem trabalhar no campo ou na cidade. 10% não disseram ao que veio. As razões pelas quais optaram pelo curso se deveram, na maioria, pela baixa concorrência oferecida.

Mesmo sem a demonstração de identidade com o curso, os alunos reclamaram da ausência de discussões sobre as questões que de fato incomodam aos que vivem e precisam trabalhar no campo. Não há disciplinas específicas voltadas ao campo, demonstrando uma omissão de quem arquitetou o currículo do curso.

Sugerimos aos coordenadores do Curso de Pedagogia com área de Aprofundamento em Educação do Campo, na UFPB, do Campus I, que se empenhem em criar uma política própria para o Curso, tendo em vista a realidade do campo, os anseios dos movimentos populares camponeses e os parâmetros curriculares nacionais que regulam tal investida. Sentimos ainda a necessidade de continuarmos estudando mais esse assunto, pois essa monografia apenas é o começo de uma longa jornada de investigação, que agora começa, mas que não termina. Que o futuro nos reserve bons frutos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ACO. **História da classe operária no Brasil**: amadurecimento -1945 a 1964. Rio de Janeiro: ACO, 1985.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1 de 15 de maio de 2006. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 maio 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em 16 maio de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25. ed. Brasília, DF: Senado, 2000.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.352 de 4 de Novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em 10 maio de 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 jun. de 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT pelo Brasil**. [201?]. Disponível: <<http://www.cptnacional.org.br/>>, Acesso em 02 jun. de 2016.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução nº 34 de 2004. Orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, Poder Executivo, João pessoa, PB, 2004. Disponível: <<http://www.ufpa.br/sege/consepe.html>>. Acesso em: 05 jun. de 2016.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução nº 47 de 28 de Abril de 2009. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, do centro de Educação, Campus I, da UFPB. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, Poder Executivo, João pessoa, PB, 28 abr. 2009. Disponível: <<http://www.ufpa.br/sege/consepe.html>>. Acesso em: 05 jun. de 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rural**. [201?]. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 10 maio de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **PRONERA - Educação na Reforma Agrária**. [201?]. Disponível: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em 14 maio de 2016.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos: para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA,Emilia,TARGINO,Ivan,CAapítulos de Geografia Agrária na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB,1997,332P.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST lutas e conquistas**. [201?]. Disponível em:<<http://www.mst.org.br/semterrinha/carta-dos-sem-terrinha-pelareforma-agr%C3%A1ria>>. Acesso em 10 maio de 2016.

PARAÍBA (Estado). Decreto-Lei nº 10.488 de 23 de Junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, Poder Executivo, João pessoa, PB, 23 jun. 2015.

PILETTI,Claudino.Didática Geral.23,ed-São Paulo: Ática 2002.-(série educação).

REVISTA NOVA ESCOLA. **Pedagogia da Alternância**. [201?]. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/salvacao-lavoura-497826.shtml>>. Acesso em 16 maio de 2016.

SILVA, M. V.; PERONI, V. M. V. As mutações na oferta da educação pública no período pós-Constituição Federal e suas implicações na consolidação da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Rio de Janeiro, v. 29. n. 2. 2013.

TARGINO, I.; MOREIRA, E.; MENEZES, M. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 5, n. 1, 2011Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/962/697>>. Acesso em:04 jun. de 2016.

APÊNDICE**APÊNDICE I - Questionário****UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****CENTRO DE EDUCAÇÃO****PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO****Orientador: Dr. José Ramos Barbosa da Silva**

Este questionário faz parte da nossa pesquisa exploratória, intitulada “O CURSO DE PEDAGOGIA: ASPECTOS DO PERFIL DOS ALUNOS DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, na UFPB” como requisito para o Trabalho de Conclusão de Curso. Para tanto, contamos com a sua colaboração, já ficando ciente que não precisará se identificar, pois manteremos em total sigilo as suas respostas. Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Edith Danielle Alves dos Santos Lima e Janaina da Silva Nascimento Brito.

QUESTIONÁRIO:**PARTE 1 – DADOS PESSOAIS:**

1) Idade: _____.

2) Sexo:

Feminino Masculino

3) Cor: _____.

4) Estado Civil: _____.

5) Tem filhos? Se sim, quantos?

_____.

6) Moradia própria? Sim Não

Cidade? Qual? _____.

Bairro: _____.

Campo? Localidade: _____.

Em: Assentamento Morador

Fazenda Proprietário Chácara Outro

PARTE 2 –FORMAÇÃO ESCOLAR:

7) Qual instituição você estudou?

Pública

Privada

Cite:

_____.

8) Histórico Escolar:

Idade que começou a estudar:

_____.

Parou de estudar por algum tempo?

_____.

Não Sim

Se sim, quanto tempo? _____.

Em que idade ingressou na UFPB? _____.

Como ingressou?

Vestibular ENEM Cotas Ampla Concorrência Transferência

Quantas tentativas?

_____.

Já fez algum curso universitário antes? _____.

Participa ou participou de projetos de Pesquisa ou Extensão?

Sim () Não ()

Se sim, qual? _____.

Pretende fazer Pós-Graduação?

Sim () Não ()

Por que optou pelo curso de Pedagogia do Campo?

9) Como você vem à faculdade?

Transporte próprio ()

A pé ()

Bicicleta ()

Transporte escolar vinculado a prefeitura ()

Transporte coletivo ()

Outros ()

10) Participa ou participou de movimentos sociais? Quais?

11) Tem alguma profissão? Qual?

12) Sua atuação profissional é:

No campo ()

Na cidade ()

13) A formação acadêmica universitária no Curso de Pedagogia do Campo contribui com sua atuação profissional?

14) Depois de formado, pretende atuar:

No campo ()

Na cidade ()

15) Qual a perspectiva de trabalho ao término do curso?

16) Alguma expectativa sua, em relação ao curso, deixou de ser correspondida? Se sim, qual?
